



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado do Pará

CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM
DIVISÃO JUDICIÁRIA

Ofício Circular nº. 253/2019 – DJ/CJRMB

Belém, 06 de novembro de 2019.

Destino: Cartórios de Notas e Registros da RMB

Assunto: Informação

Ref.: Processo 2019.6.002568-9

Prezados Senhores,

Considerando a importância do cumprimento do Provimento nº 88/2019/CNJ, encaminho a Informação/Despacho/Ofício nº 231/2019-DJ/CJRMB anexa, para ciência e providências cabíveis.

Cordialmente,


Desembargadora Maria de Nazaré Saavedra Guimarães
Corregedora de Justiça da Região Metropolitana de Belém



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

PROCESSO Nº 2019.6.002568-9

REQUERENTE: JUIZ AUXILIAR DA CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA

REQUERENTE: CONSELHO DE CONTROLE DE ATIVIDADES FINANCEIRAS -COAF

INFORMAÇÕES/DESPACHO / OFÍCIO Nº 231 /2019- DJ /CJRMB

Trata-se de expediente oriundo da Corregedoria Nacional de Justiça em que se oportuniza manifestação desta CJRMB a respeito da minuta apresentada pelo COAF, para regulamentar os procedimentos a serem adotados pelos registros públicos para cumprimento da Lei n. 9.613/1988.

Ressaltando-se que com a expedição do provimento n. 88/2019/CNJ, esta CJRMB expediu ofício circular às serventias extrajudiciais, recomendando a observância dos respectivos procedimentos.

São as informações que se observam pertinentes, para o momento, e devem ser encaminhadas à Corregedoria Nacional, restando esta corregedoria a disposição para o que mais for considerado necessário.

No mais, considerando a relevância do tema, determino:

1) Expeça-se novo ofício circular aos serviços de notas e registros, ratificando a importância de se observar adequadamente o Provimento n.88/2019/CNJ;

2) Após, archive-se.

À Divisão Judiciária.

Belém, 06 de novembro de 2019.

Desembargadora **MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES**

Corregedora de Justiça da Região Metropolitana de Belém



DISTRIBUIÇÃO

Processo.....: 2019.6.002568-9 Prevento/Dependência:

Situação.....: DISTRIBUIÇÃO
Data Cadastro.....: 02/10/2019 09:08:38
Data do Movimento...: 02/10/2019 09:09:24
Assessor.....: DISTRIBUICAO 05
Corregedoria.....: CORREGEDORIA REGIAO METROPOLITANA
Classe.....: 8075 - OUTROS

Fundamento/Objeto.....:
CNJ - PP 0006712-74.2016.2.00.0000.

Envolvidos:

REQUERENTE: MARCIO EVANGELISTA FERREIRA DA SILVA

Advogados...: {Sem Advogados}

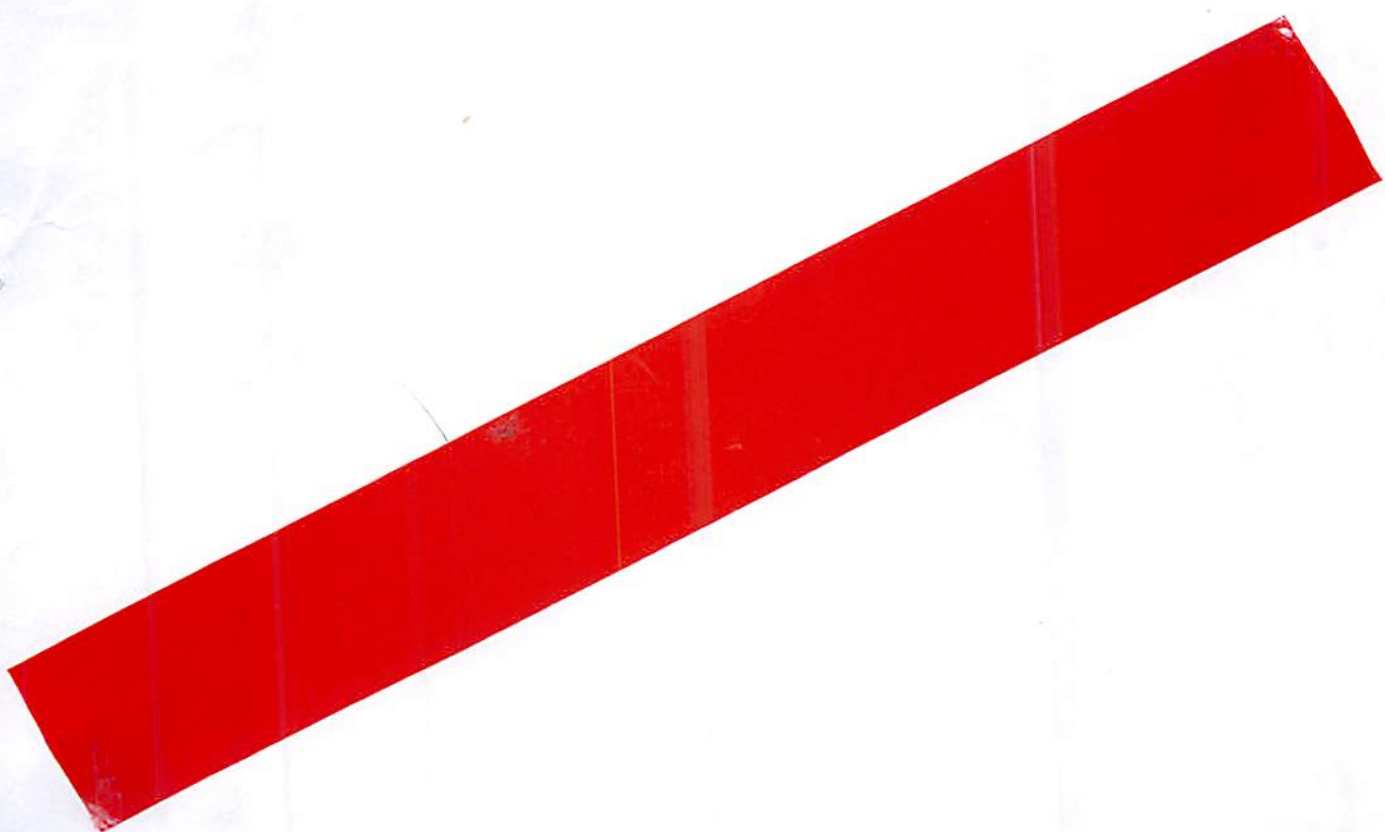
REQUERENTE: JUIZ AUXILIAR DA CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTICA

Advogados...: {Sem Advogados}

REQUERENTE: CONSELHO DE CONTROLE DE ATIVIDADES FINANCEIRAS-COAF

Advogados...: {Sem Advogados}

[TJEPa-SAPCOR:392854132]



09-28
18-15

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Pará
Decisão (690110)

Expedição eletrônica (01/10/2019 18:13)

Prazo: **sem prazo**

Você tomou ciência em 02/10/2019 08:53

PP 0006712-74.2016.2.00.0000

CONSELHO DE CONTROLE DE ATIVIDADES
FINANCEIRAS - COAF X CORREGEDORIA
NACIONAL DE JUSTIÇA

Plenário/Corregedoria

SAP 2019 6.002568-9
2016 6.006815-3



Conselho Nacional de Justiça

Autos: PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS - 0006712-74.2016.2.00.0000

Requerente: CONSELHO DE CONTROLE DE ATIVIDADES FINANCEIRAS - COAF

Requerido: CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA

DECISÃO

Trata-se de pedido de providências formulado pelo CONSELHO DE CONTROLE DE ATIVIDADES FINANCEIRAS – COAF em desfavor do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O requerente informa que o artigo 9º, parágrafo único, inciso XIII da Lei de Lavagem de Dinheiro (Lei n. 9.613/1998), atribuiu aos registros públicos a obrigação de identificação de clientes, manutenção de registros e comunicação de operações financeiras.

Em maio de 2014 o CNJ enviou, ao COAF, minuta de Instrução Normativa que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelos registros públicos para cumprimento das obrigações consignadas na lei.

Considerando a recente renovação o CNJ, encaminha cópia da minuta e se comunica a disposição do Conselho para compartilhar a experiência no trato da matéria.

É o relatório.

O pedido de providências comunica envio de proposta ao CNJ que antecederam a renovação dos membros.

Não se encontrou pedido de providências idêntico no sistema. O pleito foi autuado.

Verifico que o pleito é de interesse nacional, demandando, as circunstâncias, manifestação das Corregedorias dos Estados e do Distrito Federal, bem como da ANOREG/BR.

Ante o exposto, de ordem do Exmo. Sr. Corregedor Nacional de Justiça, Ministro João Otávio de Noronha, **oficie-se às Corregedorias de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, bem como à ANOREG/BR** para que, no prazo de 30(trinta) dias, manifeste-se expressamente sobre o pedido inicial.

Decorrido o prazo sem resposta, voltem os autos conclusos.

Marcio Evangelista Ferreira da Silva
Juiz Auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça

Despacho proferido pelo juiz auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça determinando a autuação do presente procedimento.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

Ofício nº 32.789- COAF/ME

A Sua Excelência o Senhor
Ministro João Otávio de Noronha
Corregedor Nacional de Justiça
Conselho Nacional de Justiça
SEPN 514, lote 9, Bloco D
Brasília/DF CEP: 70.760-544
Tel.: (61) 2326-5000

*Ante os autos procedendo
ao questionamento da
data 20/10/2016*



Unidade de Inteligência
Financeira do Brasil

Brasília, 13 de outubro de 2016.

*Sérgio Luiz de Sá
Juiz Auxiliar
Corregedor Nacional de Justiça*



Excelentíssimo Senhor Ministro,

1. Como é de conhecimento de Vossa Excelência, o Brasil, em cumprimento a compromissos internacionais assumidos a partir da assinatura da Convenção de Viena de 1988, aprovou, em 3 de março de 1998, a Lei nº 9.613 - Lei de Lavagem de Dinheiro, posteriormente alterada pela Lei nº 10.467, de 11 de junho de 2002, e pela Lei nº 12.683, de 09 de julho de 2012.
2. Além de tipificar o crime de lavagem de dinheiro, a lei supracitada atribuiu às pessoas físicas e jurídicas que desempenham as atividades listadas em seu art. 9º, obrigações de identificação de clientes, de manutenção de registros de operações e de comunicação de operações suspeitas, sujeitando-as a penalidades administrativas pelo descumprimento das obrigações.
3. Para efeitos de regulação, fiscalização e aplicação das penas, o legislador atribui competência aos respectivos órgãos reguladores já existentes, e na falta destes, ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF). A mencionada Lei nº 12.683, de 2012, em seu art. 2º, acrescentou à lista de pessoas sujeitas aos mecanismos de controle as juntas comerciais e os registros públicos (atual inciso XIII do parágrafo único do art. 9º da Lei nº 9.613, de 1998).
4. Considerando a última alteração legislativa, o CNJ, em maio de 2014, enviou ao COAF minuta de Instrução Normativa que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelos registros públicos para cumprimento das obrigações consignadas na Lei 9.613, de 1988.
5. Nesse sentido, considerando a recente renovação do CNJ, gostaria de retornar a Vossa Excelência a citada minuta de Instrução Normativa e colocar à disposição este Conselho, que poderá compartilhar sua experiência no trato desta matéria.

Atenciosamente,

Antônio Gustavo Rodrigues
ANTÔNIO GUSTAVO RODRIGUES
Presidente



Instrução Normativa nº xx, de xx de xxxx.

Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelos registros públicos para cumprimento das obrigações consignadas na Lei 9.613, de 03 de março de 1988 e subseqüentes alterações.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº XX, DE XXXX

Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelos registros públicos para cumprimento das obrigações consignadas na Lei 9.613, de 03 de março de 1988 e subseqüentes alterações.

O CORREGEDOR NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuiçõesXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, e tendo em vista o disposto nos arts. 9º, 10 e 11 da Lei 9.613, de 3 de março de 1988.

RESOLVE:

Seção I

Do Alcance

Art. 1º A presente Instrução Normativa tem por objetivo estabelecer normas gerais de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, sujeitando-se ao seu cumprimento os registros públicos.

Seção II

Da Política de Prevenção

Art. 2º Os registros públicos devem estabelecer e implementar política de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo compatível com seu volume de operações e/ou com seu porte, a qual deve abranger, no mínimo, procedimentos e controles destinados:

- I - à identificação e realização de devida diligência para a qualificação dos clientes, e demais envolvidos nas operações que realizarem;
- II - à identificação do beneficiário final das operações que realizarem;
- III - à identificação de serviços ou operações ou propostas de serviços ou de operações suspeitas ou de comunicação obrigatória;
- IV - à mitigação dos riscos de que novos produtos, serviços e tecnologias possam ser utilizados para a lavagem de dinheiro e para o financiamento do terrorismo; e
- V - à verificação periódica da eficácia da política adotada.

§ 1º A política mencionada no *caput* deve ser formalizada expressamente, com aprovação pelo Tabelião, abrangendo, também, procedimentos para:

- I - a seleção e o treinamento de empregados;
- II - a disseminação do seu conteúdo ao quadro de pessoal por processos institucionalizados de caráter contínuo;

III - o monitoramento das atividades desenvolvidas pelos empregados; e

IV - a prevenção de conflitos entre os deveres legais e os mecanismos de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

Art. 3º Os registros públicos devem avaliar a existência de suspeição nas propostas e/ou operações de seus clientes, dispensando especial atenção àqueles incomuns ou que, por suas características, no que se refere a partes envolvidas, valores, forma de realização, finalidade, complexidade, instrumentos utilizados ou pela falta de fundamento econômico ou legal, possam configurar sérios indícios dos crimes previstos na Lei nº 9.613, de 3.3.1998, ou com eles relacionados-se.

Seção III

Do Cadastro de Clientes e Demais Envolvidos

Art. 4º Os registros públicos devem manter cadastro de seus clientes e dos demais envolvidos, inclusive representantes e procuradores, em relação aos quais devem constar, no mínimo:

I - se pessoa física:

a) nome completo;

b) número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF;

c) número do documento de identificação e nome do órgão expedidor ou, se estrangeiro, dados do passaporte ou carteira civil;

d) enquadramento em qualquer das condições previstas nos incisos I, II e III do art. 1º da Resolução COAF nº 15, de 28.3.2007; e

e) enquadramento na condição de pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução COAF nº 16, de 28.3.2007; ou

II - se pessoa jurídica:

a) razão social e nome de fantasia;

b) número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;

c) nome completo, número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF e número do documento de identificação e nome do órgão expedidor ou, se estrangeiro, dados do passaporte ou carteira civil, do(s) seu(s) preposto(s); e

d) identificação dos beneficiários finais, nos casos em que a soma das operações objeto de registro, no período de seis meses, ultrapassar, o montante de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) ou o registro das medidas adotadas com o objetivo de identificá-los, nos termos do art. 7º, bem como o enquadramento em qualquer das condições previstas nos incisos I, II e III do art. 1º da Resolução COAF nº 15, de 28.3.2007 ou na condição de pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução COAF nº 16, de 28.3.2007;

III - data do cadastro e, quando for o caso, de suas atualizações; e

IV - as correspondências impressas e eletrônicas que disponham sobre a realização de operações.

Parágrafo único. Devem ainda constar do cadastro o registro dos procedimentos e as análises de que trata o art. 6º.

Art. 5º Para a prestação dos serviços ou realização das operações de que trata esta Instrução Normativa, os registros públicos deverão assegurar-se de que as informações cadastrais do cliente estejam atualizadas no momento da prestação do serviço.

Art. 6º Os registros públicos devem adotar procedimentos adicionais de verificação sempre que houver dúvida quanto à fidedignidade das informações constantes do cadastro ou quando

houver suspeita da prática dos crimes previstos na Lei nº 9.613, de 3.3.1998, ou de situações a eles relacionadas.

Art. 7º Os registros públicos devem adotar medidas adequadas para compreenderem a composição acionária e a estrutura de controle dos clientes pessoas jurídicas, com o objetivo de identificar seu beneficiário final na situação prevista na alínea "d", do inciso II do art. 4º.

Parágrafo único. Quando não for possível identificar o beneficiário final, os registros públicos devem dispensar especial atenção à operação.

Seção IV

Do Registro dos Serviços Prestados

Art. 8º Os registros públicos devem manter registro de todos os serviços prestados, do qual devem constar, no mínimo:

I - a identificação do cliente;

II - valor da operação objeto de registro, quando houver;

III - data da prestação do serviço;

IV - forma de pagamento;

V - meio de pagamento; e

VI - o registro fundamentado da decisão de proceder às comunicações de que trata o art. 9º, bem como das análises de que trata o art. 3º.

Seção V

Das Comunicações ao COAF

Art. 9º As situações listadas a seguir devem ser comunicadas ao COAF, independentemente de análise ou de qualquer outra consideração:

I - qualquer serviço ou conjunto de serviços prestados a um mesmo cliente no período de seis meses, que envolva o pagamento ou recebimento de valor igual ou superior a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), ou equivalente em outra moeda, em espécie; e

II - qualquer das hipóteses previstas na Resolução COAF nº 15, de 28.3.2007.

Art. 10. Adicionalmente ao disposto no artigo 9º, deverão ser comunicados ao COAF quaisquer situações que, considerando as partes e demais envolvidos, os valores, modo de realização e meio e forma de pagamento, ou a falta de fundamento econômico ou legal, possam configurar sérios indícios da ocorrência dos crimes previstos na Lei nº 9.613, de 3.3.1998, ou com eles relacionar-se.

Art. 11. Caso não sejam identificadas, durante o ano civil, as situações a que se referem os arts. 9º e 10, os registros públicos devem declarar tal fato à Corregedoria do Tribunal de Justiça (ou do Conselho Nacional de Justiça) até o dia 31 de janeiro do ano seguinte.

Art. 12. As comunicações de que tratam os arts. 9º e 10, bem como a declaração de que trata o art. 11 devem ser efetuadas em meio eletrônico no sítio do COAF, no endereço www.coaf.fazenda.gov.br, de acordo com as instruções ali definidas.

Parágrafo único. As informações fornecidas ao COAF serão protegidas por sigilo.

Seção VI

Da Guarda e Conservação de Registros e Documentos

Art. 13. Os registros públicos devem conservar os cadastros e registros de que tratam os arts. 4º e 8º, bem como as correspondências de que trata o art. 4º, por no mínimo 5 (cinco) anos.

Seção VII

Das Disposições Finais

- Art. 14 Os procedimentos para apuração de suspensão devem ser frequentes, inclusive, quando necessário, em a realização de outras diligências além das expressamente previstas nesta Instrução Normativa.
- Art. 15 A utilização de informações existentes em bancos de dados de entidades públicas ou privadas não substitui nem supre as exigências previstas nos artigos 4º, 5º, 6º, e 7º, admitido seu uso para, em caráter complementar, confirmar dados e informações previamente coletados.
- Art. 16 As comunicações de boletins, feitas na forma prevista no art. 11 da Lei nº 9.613, de 3.3.1998, não acarretam responsabilidade civil ou administrativa.
- Art. 17 Os Tabeliões que deixarem de cumprir as obrigações desta Instrução Normativa sujeitam-se às sanções previstas no art. 12 da Lei nº 9.613, de 3.3.1998.
- Art. 18 De modo a aprimorar os controles de que trata esta Instrução Normativa, em especial o estabelecimento da política a que se refere o art. 2º, e para os fins referidos nos arts. 3º e 9º, os registros públicos (ou Tabeliões) devem acompanhar no site do COAF a divulgação de informações adicionais, bem como aquelas relativas a jurisdições consideradas pelo Grupo de Ação contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo (GAFI) de alto risco ou com deficiências estratégicas de prevenção e combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo ou países ou dependências considerados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) de tributação favorecida e/ou regime fiscal privilegiado.
- Art. 19 Os registros públicos (ou Tabeliões) deverão atender às requisições formuladas pelo COAF na periodicidade, forma e condições por ele estabelecidas, cabendo-lhe preservar, nos termos da lei, o sigilo das informações prestadas.

Brasília, XX de XXXX de XXXX.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

Ofício nº 062/2017-CG/CJRMB.

Belém, 06 de março de 2017.

Excelentíssimo Senhor

Dr. Marcio Evangelista Ferreira da Silva

Juiz Auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça

Brasília-DF

Referência: Pedido de Providências – 00006712-74.2016.2.00.0000

Protocolo do SAPCOR: 2016.6.006815-3

Honrado em cumprimentá-lo, sirvo-me do presente para apresentar manifestação favorável à minuta de Instrução Normativa, que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelos registros públicos para cumprimento das obrigações consignadas na Lei nº 9.613/1998, tendo em vista que visa dar efetividade ao art. 9º, parágrafo único, inciso XIII, do citado Diploma Legal.

Cordialmente,

Desembargador JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO
Corregedor da Região Metropolitana de Belém



02/10/2019

Número: 0006712-74.2016.2.00.0000

Classe: PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS

Órgão julgador colegiado: Plenário

Órgão julgador: Corregedoria

Última distribuição : 23/11/2016

Valor da causa: R\$ 0,00

Relator: HUMBERTO EUSTAQUIO SOARES MARTINS

Assuntos: Providências

Segredo de justiça? NÃO

Justiça gratuita? NÃO

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? NÃO

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
CONSELHO DE CONTROLE DE ATIVIDADES FINANCEIRAS - COAF (REQUERENTE)			
CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA (REQUERIDO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
37659 16	01/10/2019 11:12	Decisão	Decisão



Conselho Nacional de Justiça

Autos: PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS - 0006712-74.2016.2.00.0000

Requerente: CONSELHO DE CONTROLE DE ATIVIDADES FINANCEIRAS - COAF

Requerido: CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA

DECISÃO

Cuida-se de pedido de providências formulado pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF em face da CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA.

Pugna o requerente pela edição de ato normativo de competência da Corregedoria Nacional de Justiça e que permitiria a inclusão dos notários e registradores de todo o Brasil no combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, nos termos da lei nº 12.683/2012.

Todas as Corregedorias dos Estados apresentaram manifestação a respeito do pedido formulado, bem como as entidades representativas dos notários e registradores de todo o país.

A Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro-ENCCLA estabeleceu como uma de suas ações para o ano de 2019 a inclusão de notários e registradores no combate a esse tipo de criminalidade (Ação nº 12 da ENCCLA).

Os presentes autos foram suspensos em razão da necessidade de edição de ato regulamentador (ID 3685434).

É no essencial o relatório.

A inclusão dos notários e registradores no combate à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, além de ser imposição decorrente de convenções internacionais em que o Brasil é signatário, decorre de força de leis nacionais.

Na última avaliação realizada, em 2010, pelo GAFI- GRUPO DE AÇÃO FINANCEIRA CONTRA A LAVAGEM DE DINHEIRO E FINANCIAMENTO DO TERRORISMO foi recomendada a inclusão dos notários e registradores no combate a esse tipo de criminalidade, sendo certo que passados mais de nove anos, até a presente data, não há norma regulamentando essa nova atividade dos serviços extrajudiciais.

A falta de regulamentação pela Corregedoria Nacional de Justiça representa a possibilidade de suspensão do Brasil dessa organização internacional, o que traria prejuízos irreparáveis à imagem do País no exterior.

Portanto, é imprescindível a edição de ato regulamentador por esta Corregedoria Nacional, a fim de que o serviço extrajudicial brasileiro possa, de imediato, enviar as informações relativas às operações suspeitas e operações automáticas a nossa Unidade de Inteligência Financeira-UIF.

Após a realização de várias reuniões da ENCCLA, as quais tiveram como colaboradores as entidades representativas de notários e registradores, e diversos órgãos públicos, a Corregedoria Nacional de Justiça, na presente data, editou o provimento abaixo, dispondo sobre a política, os procedimentos e os controles a serem adotados pelos notários e registradores visando à prevenção dos crimes de lavagem de dinheiro, previstos na Lei n. 9.613, de 3 de março de 1998, e do financiamento do terrorismo, previsto na Lei n. 13.260, de 16 de março de 2016, nos seguintes termos:

PROVIMENTO N.º xx, DE XXXXX DE 2019.

Dispõe sobre a política, os procedimentos e os controles a serem adotados pelos notários e registradores visando à prevenção dos crimes de lavagem de dinheiro, previstos na Lei n. 9.613, de 3 de março de 1998, e do financiamento do terrorismo, previsto na Lei n. 13.260, de 16 de março de 2016, e dá outras providências.

O CORREGEDOR NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais e

CONSIDERANDO o poder de fiscalização e de normatização do Poder Judiciário dos atos praticados por seus órgãos (art. 103-B, § 4º, I, II e III, da Constituição Federal de 1988);

CONSIDERANDO a competência do Poder Judiciário de fiscalizar os serviços extrajudiciais (arts. 103-B, § 4º, I e III, e 236, § 1º, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO a competência da Corregedoria Nacional de Justiça de expedir provimentos e outros atos normativos destinados ao aperfeiçoamento das atividades dos serviços extrajudiciais (art. 8º, X, do Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça);

CONSIDERANDO a obrigação dos serviços extrajudiciais de cumprir as normas técnicas estabelecidas pelo Poder Judiciário (arts. 37 e 38 da Lei n. 8.935, de 18 de novembro de 1994);

CONSIDERANDO que a Lei n. 9.613, de 3 de março de 1998, com as alterações da Lei n. 12.683, de 9 de julho de 2012, que dispõe sobre o crime de lavagem de dinheiro, sujeita diversas atividades aos mecanismos de controle, incluindo os registros públicos (art. 9º, XIII) e as pessoas físicas que prestem serviços de assessoria, consultoria, aconselhamento ou assistência em operações de compra e venda de imóveis (art. 9º, XIV, “a”);

CONSIDERANDO que os notários e registradores, no desempenho das atividades de que trata a Lei n. 8.935, de 18 de novembro de 1994, estão sujeitos aos deveres de colaboração impostos pela lei como medidas de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo;

CONSIDERANDO as Recomendações n. 22 e 23 do Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo (Gafi);

CONSIDERANDO as políticas públicas instituídas a partir da vigência da Lei n. 9.613, de 3 de março de 1998, para a prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, que incluem a avaliação da existência de suspeita nas operações dos usuários dos serviços extrajudiciais de notas e de registro, com especial atenção àquelas incomuns ou que, por suas características, no que se refere a partes envolvidas, valores, forma de realização, finalidade, complexidade, instrumentos utilizados ou pela falta de fundamento econômico ou legal, possam configurar sérios indícios dos crimes previstos na Lei n. 9.613, de 1998, ou com eles relacionar-se;

CONSIDERANDO que os Registradores, os Tabeliães de Notas e os de Protesto de Títulos, bem como os responsáveis por delegações vagas, ou delegações sob intervenção, devem observar em sua atuação os princípios constitucionais da legalidade, moralidade, publicidade e eficiência, assim como devem garantir a publicidade, autenticidade, segurança e eficácia dos atos jurídicos (art. 1º da Lei n. 8.935, de 18 de novembro de 1994);

CONSIDERANDO a Ação n. 12/2019 da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro-ENCCLA;

CONSIDERANDO o decidido no Pedido de Providências n. 0006712-74.2016.2.00.0000, em tramitação na Corregedoria Nacional de Justiça,

RESOLVE:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este Provimento estabelece normas gerais sobre as obrigações previstas nos arts. 10 e 11 da Lei n. 9.613, de 3 de março de 1998, relativas à prevenção de atividades de lavagem de dinheiro – ou a ela relacionadas – e financiamento do terrorismo.

Art. 2º Este Provimento aplica-se a:

I - Tabeliães de notas;

II - Tabeliães e oficiais de registro de contratos marítimos;

III - Tabeliães de protesto de títulos;

IV - Oficiais de registro de imóveis;

V - Oficiais de registro de títulos e documentos e civis de pessoas jurídicas;

§ 1º Ficam sujeitos a este Provimento os titulares, interventores e interinos dos serviços notariais e registrais.

§ 2º Para os fins deste Provimento, qualquer referência aos notários e registradores considera-se estendida às autoridades consulares com atribuição notarial e registral.

Art. 3º Os notários e registradores devem observar as disposições deste Provimento na prestação de serviços ao cliente, inclusive quando envolver operações por interpostas pessoas, compreendendo todos os negócios e operações que lhes sejam submetidos.

Art. 4º Para os fins deste Provimento considera-se:

I - cliente do serviço notarial: todo o usuário que comparecer perante um notário como parte direta ou indiretamente interessada em um ato notarial, ainda que por meio de representantes, independentemente de ter sido o notário escolhido pela parte outorgante, outorgada ou por um terceiro;

II - cliente do registro imobiliário: o titular de direitos sujeitos a registro;

III - cliente do registro de títulos e documentos e do registro civil da pessoa jurídica: todos que forem qualificados nos instrumentos sujeitos a registro;

IV - cliente do serviço de protesto de títulos: toda pessoa natural ou jurídica que for identificada no título apresentado, bem como seu apresentante;

V - beneficiário final: a pessoa natural em nome da qual uma transação é conduzida ou que, em última instância, de forma direta ou indireta, possui, controla ou influencia significativamente uma pessoa jurídica, conforme definição da Receita Federal do Brasil (RFB).

Art. 5º Os notários e registradores devem avaliar a existência de suspeição nas operações ou propostas de operações de seus clientes, dispensando especial atenção àquelas incomuns ou que, por suas características, no que se refere a partes envolvidas, valores, forma de realização, finalidade, complexidade, instrumentos utilizados ou pela falta de fundamento econômico ou legal, possam configurar indícios dos crimes de lavagem de dinheiro ou de financiamento do terrorismo, ou com eles relacionar-se.

Art. 6º Os notários e registradores comunicarão à Unidade de Inteligência Financeira – UIF, por intermédio do Sistema de Controle de Atividades Financeiras – Siscoaf, quaisquer operações que, por seus elementos objetivos e subjetivos, possam ser consideradas suspeitas de lavagem de dinheiro ou financiamento do terrorismo.

CAPÍTULO II

DA POLÍTICA DE PREVENÇÃO

Art. 7º As pessoas de que trata o art. 2º, sob a supervisão da Corregedoria Nacional de Justiça e das Corregedorias dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, devem estabelecer e implementar políticas de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo compatível com seu volume de operações e com seu porte, que devem abranger, no mínimo, procedimentos e controles destinados à:

- I - realização de diligência razoável para a qualificação dos clientes, beneficiários finais e demais envolvidos nas operações que realizarem;
- II - obtenção de informações sobre o propósito e a natureza da relação de negócios;
- III - identificação de operações ou propostas de operações suspeitas ou de comunicação obrigatória;
- IV - mitigação dos riscos de que novos produtos, serviços e tecnologias possam ser utilizados para a lavagem de dinheiro e para o financiamento do terrorismo; e
- V - verificação periódica da eficácia da política e dos procedimentos e controles internos adotados.

§ 1º A política tratada neste artigo deve ser formalizada expressamente por notários e registradores, abrangendo, também, procedimentos para:

- I - treinamento dos notários, dos registradores, oficiais de cumprimento e empregados contratados;
- II - disseminação do seu conteúdo ao quadro de pessoal por processos institucionalizados de caráter contínuo;
- III - monitoramento das atividades desenvolvidas pelos empregados; e
- IV - prevenção de conflitos entre os interesses comerciais/empresariais e os mecanismos de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

§ 2º As pessoas de que trata o art. 2º, inciso III, deste Provimento cumprirão o disposto nos incisos I e II do *caput* deste artigo, por meio dos dados e informações constantes do título ou documento de dívida apresentado, ou de sua indicação, bem como dos dados fornecidos pelo apresentante, não podendo obstar a realização do ato ou exigir elementos não previstos nas leis que regulam a emissão e circulação dos títulos ou documentos em questão.

Art. 8º Os notários e registradores são os responsáveis pela implantação das políticas, procedimentos e controles internos de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo no âmbito da serventia, podendo indicar, entre seus prepostos, oficiais de cumprimento.

§ 1º Em caso de não nomeação de oficial de cumprimento, será considerado como tal o notário ou o registrador responsável pela serventia.

§ 2º São atribuições do oficial de cumprimento, do notário ou registrador, entre outras previstas em instruções complementares:

- I - informar à Unidade de Inteligência Financeira – UIF qualquer operação ou tentativa de operação que, pelos seus aspectos objetivos e subjetivos, possam estar relacionadas às operações de lavagem de dinheiro ou financiamento do terrorismo;
- II - prestar, gratuitamente, no prazo estabelecido, as informações e documentos requisitados pelos órgãos de segurança pública, órgãos do Ministério Público e órgãos do Poder Judiciário para o adequado

exercício das suas funções institucionais, vedada a recusa na sua prestação sob a alegação de justificativa insuficiente ou inadequada;

III - promover treinamentos para os colaboradores da serventia;

IV - elaborar manuais e rotinas internas sobre regras de condutas e sinais de alertas.

§ 3º Os notários e registradores, inclusive interinos e interventores, são solidariamente responsáveis com os Oficiais de Cumprimento na execução dos seus deveres.

§ 4º Os notários e registradores deverão indicar, por *e-mail* (*JUSTIÇA ABERTA*), o Oficial de Cumprimento à Corregedoria Nacional de Justiça, no Cadastro Nacional de Serventias, disponibilizando a informação à Unidade de Inteligência Financeira – UIF para fins de habilitação no Siscoaf.

CAPÍTULO III

DO CADASTRO DE CLIENTES E DEMAIS ENVOLVIDOS

Art. 9º As pessoas de que trata o art. 2º manterão cadastro dos envolvidos, inclusive representantes e procuradores, nos atos notariais protocolares e de registro com conteúdo econômico:

§ 1º No cadastro das pessoas físicas constarão os seguintes dados:

I - nome completo;

II - número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF; e

III - sempre que possível, desde que compatível com o ato a ser praticado pela serventia:

a) número do documento de identificação e nome do órgão expedidor ou, se estrangeiro, dados do passaporte ou carteira civil;

b) data de nascimento;

c) nacionalidade;

d) profissão;

e) estado civil e qualificação do cônjuge, em qualquer hipótese;

f) endereço residencial e profissional completo, inclusive eletrônico;

g) telefones, inclusive celular;

h) dados biométricos, especialmente impressões digitais e fotografia, em padrões a serem estabelecidos pelas instruções complementares;

i) imagens dos documentos de identificação e dos cartões de autógrafa;

j) enquadramento em qualquer das condições previstas nos incisos I, II e III do art. 1º da Resolução Coaf n. 31, de 7 de junho de 2019;

k) enquadramento na condição de pessoa exposta politicamente nos termos da Resolução Coaf n. 29, de 28 de março de 2017.

§ 2º No cadastro da pessoa jurídica constarão os seguintes dados:

I) razão social e nome de fantasia, este quando constar do contrato social ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

II) número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

III) endereço completo, inclusive eletrônico;

IV) sempre que possível, desde que compatível com o ato a ser praticado pela serventia:

a) nome completo, número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, número do documento de identificação e nome do órgão expedidor ou, se estrangeiro, dados do passaporte ou carteira civil de seus proprietários, sócios e beneficiários finais;

b) nome completo, número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, número do documento de identificação e nome do órgão expedidor ou, se estrangeiro, dados do passaporte ou carteira civil dos representantes legais, prepostos e dos demais envolvidos que compareçam ao ato;

c) número do telefone.

§ 3º Constarão do registro a data do cadastro e a de suas atualizações.

§ 4º Os cadastros, as imagens dos documentos e cartões de autógrafos poderão ser mantidos exclusivamente em sistema informatizado, observando-se os padrões mínimos da tecnologia da informação para a segurança, integridade e disponibilidade de dados previstos no Provimento n. 74/2018 da Corregedoria Nacional de Justiça.

§ 5º As pessoas de que trata o art. 2º, inciso III, deste Provimento poderão cumprir o disposto nos §§ 1º e 2º deste artigo pela manutenção de cadastro com base no nome da pessoa física ou na razão social ou nome fantasia da pessoa jurídica que seja informado pelo credor ou apresentante, acompanhados do respectivo CPF ou CNPJ informado e do endereço fornecido pelo apresentante, salvo quando, pelas circunstâncias da apresentação do título ou documento de dívida apresentado, não houver as referidas informações ou ainda quando for do desconhecimento do apresentante.

§ 6º Para os fins de enquadramento do cliente como pessoa exposta politicamente, o notário e o registrador deverão consultar o cadastro eletrônico de Pessoas Expostas Politicamente, por intermédio do Siscoaf, ou colher a declaração das próprias partes sobre essa condição, ressalvados os casos em que seja expressamente prevista uma destas formas de identificação como obrigatória.

§ 7º Aplicam-se ao conceito de beneficiários finais, para os fins deste Provimento, os critérios definidos por ato normativo da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) relativo ao CNPJ.

§ 8º Para os fins de identificação do beneficiário final da operação, o titular da serventia deverá consultar a base de dados do Cadastro Único de Beneficiários Finais, complementando as informações por meio de consulta aos cadastros mencionados e com outras informações que puder extrair dos documentos disponíveis.

§ 9º Quando não for possível identificar o beneficiário final, os notários e registradores devem dispensar especial atenção à operação e colher dos interessados a declaração sobre quem o é, não sendo vedada a prática do ato sem a indicação do beneficiário final.

§ 10 As pessoas de que trata o art. 2º, inciso III, deste Provimento cumprirão o disposto nos §§ 6º, 8º e 9º deste artigo por meio de consulta aos cadastros mencionados, de informações constantes do título ou do documento de dívida apresentado, ou de sua indicação, bem como por meio dos dados fornecidos pelo apresentante, não podendo obstar a realização do ato ou exigir elementos não previstos em lei que regulam a emissão e circulação do título ou do documento em questão.

§ 11 Na definição da política de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, a Corregedoria Nacional de Justiça poderá ampliar, por ato próprio, os requisitos dos registros das operações para fins de aplicação da identificação baseada em risco e incluir requisitos mais estritos nos casos de operações que destoam em relação à média.

§ 12 O notário deverá manter cópia do documento de identificação apresentado, bem como dos contratos sociais, estatutos, atas de assembleia ou reunião, procurações e quaisquer outros instrumentos de representação ou alvarás que tenham sido utilizados para a prática do ato notarial.

§ 13 A obrigação de que trata o parágrafo anterior aplica-se aos registradores imobiliários em relação ao registro de instrumento particular.

Art. 10 Para a prestação dos serviços de que trata este Provimento, os notários e registradores e/ou os oficiais de cumprimento deverão assegurar-se de que as informações cadastrais estejam atualizadas no momento da prestação do serviço.

Parágrafo único. A identificação das partes e de seus representantes e procuradores para fins de atualização do cadastro prevista no art. 9º será promovida quando da prática do respectivo ato notarial ou de registro.

CAPÍTULO IV

DO CADASTRO ÚNICO DE BENEFICIÁRIOS FINAIS

Art. 11 Os notários e registradores poderão utilizar o Cadastro Único de Beneficiários Finais – CBF, criado e mantido por suas entidades associativas representativas, que, necessariamente, deverá conter os dados previstos no art. 9º, sujeito à fiscalização da Corregedoria Nacional de Justiça.

§ 1º O Cadastro Único de Beneficiários Finais – CBF conterà o índice único das pessoas naturais que, em última instância, de forma direta ou indireta, possuem controle ou influência significativa nas entidades que pratiquem ou possam praticar atos ou negócios jurídicos nos quais intervenham os notários e registradores.

§ 2º Os dados para a formação e atualização do CBF podem ser obtidos a partir de:

- I - outros cadastros da mesma natureza;
- II - informações prestadas por outras instituições;
- III - declaração das próprias partes;
- IV - exame da documentação apresentada;

V - outras fontes julgadas confiáveis pelo notário ou registrador.

Art. 12 As entidades representativas dos notários e registradores poderão firmar convênio com a RFB, as Juntas Comerciais dos estados, o Departamento de Registro Empresarial e Integração (DREI), a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e quaisquer outros órgãos, organismos internacionais ou instituições que detenham dados sobre atos constitutivos, modificativos, extintivos ou que informem participações societárias em pessoas jurídicas, com o objetivo de manter atualizado o cadastro de que trata esta seção.

CAPÍTULO V

DO REGISTRO DAS OPERAÇÕES

Art. 13 As pessoas de que trata o art. 2º devem manter o registro eletrônico de todos os atos notariais protocolares e registrais de conteúdo econômico que lavrarem.

§ 1º Do registro eletrônico dos atos notariais e de registro a que se refere o *caput* deste artigo constarão os seguintes dados, sempre que cabível, em razão da especialidade da serventia e do ato praticado:

I - a identificação do cliente;

II - a descrição pormenorizada da operação realizada;

III - o valor da operação;

IV - o valor da avaliação para fins de incidência tributária;

V - a data da operação;

VI - a forma de pagamento;

VII - o meio de pagamento;

VIII - o registro das comunicações de que trata o art. 6º;

IX - outros dados nos termos de regulamentos especiais e instruções complementares.

§ 2º As informações de que tratam os incisos III, VI e VII do parágrafo anterior serão as declaradas pelas partes envolvidas, sem prejuízo de o notário ou registrador acrescentar outras que entender pertinentes a partir dos documentos disponíveis.

§ 3º As pessoas de que trata o art. 2º, inciso III, deste Provimento cumprirão o disposto nos incisos II a VII do § 1º deste artigo, por meio dos dados e informações constantes do título ou documento de dívida apresentado, ou de sua indicação, bem como dos dados fornecidos pelo apresentante.

Art. 14 Os notários deverão, antes da lavratura de ato notarial, verificar a atualidade dos poderes de uma procuração, abstendo-se da sua prática caso tenham conhecimento de que tenham eles sido revogados ou modificados.

CAPÍTULO VI

DAS COMUNICAÇÕES À UNIDADE DE INTELIGÊNCIA FINANCEIRA – UIF

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 15 Havendo indícios da prática de crime de lavagem de dinheiro ou de financiamento do terrorismo, ou de atividades a eles relacionadas, conforme critérios estabelecidos neste capítulo, será efetuada comunicação à Unidade de Inteligência Financeira – UIF no dia útil seguinte à prática do ato notarial ou registral.

Parágrafo único. A comunicação será efetuada em meio eletrônico no *site* da Unidade de Inteligência Financeira – UIF, por intermédio do link siscoaf.fazenda.gov.br/siscoaf-internet, ou posteriores atualizações, garantido o sigilo das informações fornecidas.

Art. 16 Será dedicada especial atenção à operação ou propostas de operação envolvendo pessoa exposta politicamente, bem como com seus familiares, estreitos colaboradores ou pessoas jurídicas de que participem.

Parágrafo único. Em relação às pessoas de que trata o art. 2º, inciso III, deste Provimento, será dedicada especial atenção apenas se a condição exposta no *caput* puder ser verificada por meio de consulta ao cadastro eletrônico de pessoas expostas politicamente, do Siscoaf, ou se puder ser extraída de informações constantes do título ou do documento de dívida apresentado, ou de sua indicação, bem como dos dados fornecidos pelo apresentante.

Art. 17 O notário ou registrador, ou seu oficial de cumprimento, informará à Corregedoria-Geral de Justiça estadual ou do Distrito Federal, até o dia 10 dos meses de janeiro e julho, a inexistência, nos cinco meses anteriores, de operação ou proposta suspeita passível de comunicação à Unidade de Inteligência Financeira – UIF.

Parágrafo único. A Corregedoria-Geral de Justiça instaurará procedimento administrativo para apurar a responsabilidade de notário ou registrador que deixar de prestar, no prazo estipulado, a informação prevista no *caput* deste artigo.

Art. 18 Os notários, registradores e oficiais de cumprimento devem manter sigilo acerca das comunicações feitas à Unidade de Inteligência Financeira – UIF, sendo vedado o compartilhamento de informação com as partes envolvidas ou terceiros, com exceção do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Art. 19 A Corregedoria Nacional de Justiça poderá dispor sobre outras hipóteses de comunicação obrigatória e indicativas de operações suspeitas.

Art. 20 Sem prejuízo dos indicativos específicos de cada uma das atividades previstas nos capítulos seguintes, podem configurar indícios da ocorrência de crimes de lavagem de dinheiro ou de financiamento do terrorismo, ou com ele relacionar-se:

- I - a operação que aparente não resultar de atividades ou negócios usuais do cliente ou do seu ramo de negócio;
- II - a operação cuja origem ou fundamentação econômica ou legal não sejam claramente aferíveis;
- III - a operação incompatível com o patrimônio ou com a capacidade econômico-financeira do cliente;
- IV - a operação cujo beneficiário final não seja possível identificar;
- V - as operações envolvendo pessoas jurídicas domiciliadas em jurisdições consideradas pelo Grupo de Ação contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo (Gafi) de alto risco ou com deficiências estratégicas de prevenção e combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo;
- VI - as operações envolvendo países ou dependências considerados pela RFB de tributação favorecida e/ou regime fiscal privilegiado, conforme lista pública;
- VII - a operação envolvendo pessoa jurídica cujo beneficiário final, sócios, acionistas, procuradores ou representantes legais mantenham domicílio em jurisdições consideradas pelo Gafi de alto risco ou com deficiências estratégicas de prevenção e combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo;
- VIII - a resistência, por parte do cliente e/ou dos demais envolvidos, no fornecimento de informações solicitadas para o registro da operação, bem como para o preenchimento dos cadastros;
- IX - a prestação, por parte do cliente e/ou dos demais envolvidos, de informação falsa ou de difícil ou onerosa verificação para o registro da operação, bem como para o preenchimento dos cadastros;
- X - a operação injustificadamente complexa ou com custos mais elevados, que visem dificultar o rastreamento dos recursos ou a identificação do seu real objetivo;
- XI - a operação fictícia ou com indícios de valores incompatíveis com os de mercado;
- XII - a operação com cláusulas que estabeleçam condições incompatíveis com as praticadas no mercado;
- XIII - qualquer tentativa de burlar os controles e registros exigidos pela legislação de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, através de fracionamento, pagamento em espécie ou por meio de título emitido ao portador;
- XIV - o registro de documentos de procedência estrangeira, nos termos do art. 129, 6º, c/c o art. 48 da Lei n. 6.015, de 31 de dezembro de 1973.
- XV - a operação que indique substancial ganho de capital em um curto período de tempo;
- XVI - a operação que envolva a expedição ou utilização de instrumento de procuração que outorgue poderes de administração, de gerência dos negócios, ou de movimentação de conta corrente vinculada de empresário individual, sociedade empresária ou cooperativa;
- XVII - as operações de aumento de capital social quando pelas partes envolvidas no ato, ou as características do empreendimento, verificar-se indícios de que o referido aumento não possui correspondência com o valor ou o patrimônio da empresa;
- XVIII - quaisquer outras operações que, considerando as partes e demais envolvidos, os valores, modo de realização e meio e forma de pagamento, ou a falta de fundamento econômico ou legal, possam configurar sérios indícios da ocorrência dos crimes de lavagem de dinheiro ou de financiamento do terrorismo, ou com eles relacionar-se; e
- XIX - outras situações designadas em instruções complementares a este provimento.

§ 1º As pessoas de que trata o art. 2º, inciso III, deste Provimento verificarão a ocorrência das hipóteses previstas no *caput* do presente artigo, com base nas informações constantes do título ou do documento de dívida apresentado, ou de sua indicação, bem como dos dados fornecidos pelo apresentante.

§ 2º Ocorrendo quaisquer das hipóteses acima, o notário ou registrador, ou oficial de cumprimento, comunicará a operação à Unidade de Inteligência Financeira – UIF, caso a considere suspeita, no prazo previsto no art. 15.

CAPÍTULO VII

DAS NORMAS APLICÁVEIS AOS Tabeliães e Oficiais de Registro de Contratos Marítimos

Art. 21 Aplicam-se ao Registro de Contrato Marítimo as disposições referentes ao Registro de Títulos e Documentos.

Art. 22 Aplicam-se ao Tabelionato de Contrato Marítimo as disposições referentes aos Tabeliães de Notas.

CAPÍTULO VIII

DAS NORMAS APLICÁVEIS AOS TABELIÃES DE PROTESTO

Art. 23 O tabelião de protesto de títulos e outros documentos de dívida, ou seu oficial de cumprimento, comunicará obrigatoriamente à Unidade de Inteligência Financeira – UIF, independentemente de análise ou de qualquer outra consideração, a ocorrência das seguintes situações:

I - qualquer operação que envolva o pagamento ou recebimento de valor em espécie, igual ou superior a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) ou equivalente em outra moeda, desde que perante o tabelião;

II - qualquer operação que envolva o pagamento ou recebimento de valor, por meio de título de crédito emitido ao portador, igual ou superior a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), desde que perante o tabelião.

Art. 24 Podem configurar indícios da ocorrência dos crimes de lavagem de dinheiro ou de financiamento ao terrorismo, ou com eles relacionar-se, pagamentos ou cancelamentos de títulos protestados em valor igual ou superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), não relacionados ao mercado financeiro, mercado de capitais ou entes públicos.

Parágrafo único. Ocorrendo qualquer das hipóteses previstas no *caput* deste artigo, o tabelião de protesto, ou oficial de cumprimento, comunicará a operação à Unidade de Inteligência Financeira – UIF, caso a considere suspeita, no prazo previsto no art. 15.

CAPÍTULO IX

DAS NORMAS APLICÁVEIS AOS REGISTRADORES DE IMÓVEIS

Art. 25 O oficial de registro de imóveis, ou seu oficial de cumprimento, comunicará obrigatoriamente à Unidade de Inteligência Financeira – UIF, independentemente de análise ou de qualquer outra consideração, a ocorrência das seguintes situações:

I - registro de transmissões sucessivas do mesmo bem, em período não superior a 6 (seis) meses, se a diferença entre os valores declarados for superior a 50%;

II - registro de título no qual constem diferenças entre o valor da avaliação fiscal do bem e o valor declarado, ou entre o valor patrimonial e o valor declarado (superior ou inferior), superiores a 100%;

III - registro de documento ou título em que conste declaração das partes de que foi realizado pagamento em espécie ou título de crédito ao portador de valores igual ou superior a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Art. 26 Podem configurar indícios da ocorrência dos crimes de lavagem de dinheiro ou de financiamento do terrorismo, ou com eles relacionar-se, além das hipóteses previstas no art. 20:

I - doações de bens imóveis ou direitos reais sobre bens imóveis para terceiros sem vínculo familiar aparente com o doador, referente a bem imóvel que tenha valor venal atribuído pelo município igual ou superior a R\$100.000,00 (cem mil reais);

II - concessão de empréstimos hipotecários ou com alienação fiduciária entre particulares;

III - registro de negócios celebrados por sociedades que tenham sido dissolvidas e tenham regressado à atividade;

IV - registro de aquisição de imóveis por fundações e associações, quando as características do negócio não se coadunem com as finalidades prosseguidas por aquelas pessoas jurídicas.

Parágrafo único. Ocorrendo qualquer das hipóteses previstas neste artigo, o registrador de imóveis, ou oficial de cumprimento, comunicará a operação à Unidade de Inteligência Financeira – UIF, caso a considere suspeita, no prazo previsto no art. 15.

CAPÍTULO X

DAS NORMAS APLICÁVEIS AOS Oficiais de Registro de Títulos e Documentos E Civis das Pessoas Jurídicas

Art. 27 O oficial de registro de títulos e documentos e civis das pessoas jurídicas, ou seu oficial de cumprimento, comunicará obrigatoriamente à Unidade de Inteligência Financeira – UIF, independentemente de análise ou de qualquer outra consideração, as operações que envolvam o pagamento ou recebimento de valor igual ou superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) ou equivalente em outra moeda, inclusive quando se relacionar à compra ou venda de bens móveis e imóveis.

Art. 28 Podem configurar indícios da ocorrência dos crimes de lavagem de dinheiro ou de financiamento do terrorismo, ou com eles relacionar-se, além das hipóteses previstas no art. 20:

I - registro de quaisquer documentos que se refiram a transferências de bens imóveis de qualquer valor, de transferências de cotas ou participações societárias, de transferências de bens móveis de valor superior a R\$ 30.000,00;

II - registro de quaisquer documentos que se refiram a mútuos concedidos ou contraídos ou doações concedidas ou recebidas, de valor superior ao equivalente a R\$ 30.000,00;

III - registro de quaisquer documentos que se refiram, ainda que indiretamente, a participações, investimentos ou representações de pessoas naturais ou jurídicas brasileiras em entidades estrangeiras, especialmente "trusts" ou fundações;

IV - registro de instrumentos que prevejam a cessão de direito de títulos de créditos ou de títulos públicos de valor igual ou superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais);

Parágrafo único. Ocorrendo qualquer das hipóteses previstas neste artigo, o oficial de registros, ou oficial de cumprimento, comunicará a operação à Unidade de Inteligência Financeira – UIF, caso a considere suspeita, no prazo previsto no art. 15.

CAPÍTULO XI

DAS NORMAS APLICÁVEIS AOS NOTÁRIOS

Art. 29 Nas matérias tratadas neste capítulo, o Conselho Nacional de Justiça e as Corregedorias locais contarão, como órgão de supervisão auxiliar, na organização e orientação dos notários, com o Colégio Notarial do Brasil – Conselho Federal (CNB), que divulgará instruções técnicas complementares para o devido cumprimento desta normativa.

Seção I

Do Cadastro Único de Clientes do Notariado-CCN

Art. 30 O CNB/CF criará e manterá o Cadastro Único de Clientes do Notariado – CCN, que reunirá as informações previstas no art. 9º, além de outros dados que entender necessários, de todas as pessoas cadastradas e qualificadas pelos notários, sejam ou não partes em ato notarial.

§ 1º Os dados para a formação e atualização da base nacional do CCN serão fornecidos pelos próprios notários de forma sincronizada ou com periodicidade, no máximo, quinzenal, e contarão:

I - com dados relativos aos atos notariais protocolares praticados; e,

II - com dados relacionados aos integrantes do seu cadastro de firmas abertas, contendo, no mínimo, todos os elementos do art. 9º, § 1º, inclusive imagens das documentações, dos cartões de autógrafa e dados biométricos.

§ 2º Nos atos notariais que praticar, o notário deverá qualificar a parte comparecente nos exatos termos do CCN ou, havendo insuficiência ou divergência nos dados, segundo o verificado nos documentos que lhe forem apresentados, encarregando-se de providenciar a atualização da base nacional.

§ 3º Para a criação, manutenção ou validação dos dados do CCN, e visando à correta individualização de que trata o art. 9º, os notários e o CNB/CF poderão, mediante convênio, se servir também dos dados do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública – SINESP, INFOSEG, dos dados das secretarias estaduais e do Distrito Federal de segurança pública, de outras bases de dados confiáveis e de bases biométricas públicas, inclusive as constituídas nos termos da Lei n. 13.444, de 11 de maio de 2017, além de criar e manter uma base de dados biométricos própria.

§ 4º O acesso aos bancos de dados referidos nos parágrafos anteriores restringir-se-á à conferência dos documentos de identificação apresentados.

§ 5º O CCN disponibilizará eletronicamente uma listagem de fraudes efetivas e tentativas de fraude de identificação que tenham sido comunicadas pelos notários.

Seção II

Do Cadastro Único de Beneficiários Finais

Art. 31 O CNB/CF criará e manterá o Cadastro Único de Beneficiários Finais – CBF, que conterà o índice único das pessoas naturais que, em última instância, de forma direta ou indireta, possuem controle ou influência significativa nas entidades que pratiquem ou possam praticar atos ou negócios jurídicos em que intervenham os notários.

§ 1º Aplicam-se ao conceito de beneficiários finais, para os fins deste Provimento, os critérios definidos por ato normativo da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) relativo ao CNPJ.

§ 2º Os dados para a formação e atualização do CBF podem ser obtidos a partir de:

- I - outros cadastros da mesma natureza;
- II - informações prestadas por outras instituições;
- III - declaração das próprias partes;
- IV - exame da documentação apresentada; e
- V - outras fontes confiáveis.

§ 3º Para os fins de identificação do beneficiário final da operação, o notário deverá consultar a base de dados do Cadastro Único de Beneficiários Finais, complementando as informações com outras que puder extrair dos documentos disponíveis.

§ 4º Quando não for possível identificar o beneficiário final, os notários devem dispensar especial atenção à operação e colher dos interessados a declaração sobre quem o é.

Art. 32 O CNB/CF poderá firmar convênio com a RFB, as Juntas Comerciais dos estados, o Departamento de Registro Empresarial e Integração (DREI), a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), instituições representativas dos registradores civis de pessoas jurídicas e quaisquer outros órgãos, organismos internacionais ou instituições que detenham dados sobre atos constitutivos, modificativos, extintivos ou que informem participações societárias em pessoas jurídicas, com o objetivo de manter atualizado o cadastro de que trata esta seção.

Seção III

Do Registro de Operações e do Índice Único de Atos Notariais

Art. 33 Além do definido em regulamentos especiais, os notários devem manter o registro eletrônico de todos os atos notariais protocolares que lavrarem, independentemente da sua natureza ou objeto, e remeter seus dados essenciais ao CNB/CF por meio eletrônico, de forma sincronizada ou com periodicidade, no máximo, quinzenal.

§ 1º São dados essenciais:

I - a identificação do cliente;

II - a descrição pormenorizada da operação realizada;

III - o valor da operação realizada;

IV - o valor de avaliação para fins de incidência tributária;

V - a data da operação;

VI - a forma de pagamento;

VII - o meio de pagamento; e

VIII - outros dados, nos termos de regulamentos especiais e das instruções complementares.

§ 2º As informações de que tratam os incisos III, VI e VII serão as declaradas pelas partes outorgantes e outorgadas, sem prejuízo de o notário fornecer outras de que tenha tido conhecimento a partir dos documentos disponíveis.

Art. 34 O CNB/CF criará e manterá um Índice Único de Atos Notariais, que será composto:

I - pela importação dos dados integrantes da Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados – CENSEC e, por meio de permanente sincronização, dos dados que a ela forem sendo remetidos pelos notários;

II - pela importação dos dados integrantes das centrais estaduais ou regionais de atos notariais e, por meio de permanente sincronização, dos dados que a elas forem sendo remetidos pelos notários;

III - pelos dados remetidos pelos notários na forma deste Provimento;

IV - por outros dados relevantes.

Parágrafo único. Os notários ficam obrigados a remeter ao CNB/CF as informações que compõem o Índice Único simultaneamente à prática do ato ou em periodicidade não superior a quinze dias, nos termos das instruções complementares.

Seção IV

Das Comunicações à unidade de inteligência financeira - uif

Art. 35 Sem prejuízo das hipóteses elencadas no disposto no art. 20, poderá ser considerada suspeita, com a respectiva comunicação à Unidade de Inteligência Financeira – UIF, a lavratura de procuração que outorgue plenos poderes de gestão empresarial, conferida em caráter irrevogável ou irretroatável ou quando isenta de prestação de contas, independentemente de ser em causa própria, ou ainda, de ser ou não por prazo indeterminado.

Art. 36 As operações e propostas de operações nas situações listadas a seguir devem ser comunicadas pelos notários à Unidade de Inteligência Financeira – UIF, independentemente de análise ou de qualquer outra consideração:

I - qualquer operação que envolva o pagamento ou recebimento de valor em espécie igual ou superior a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) ou equivalente em outra moeda, em espécie, inclusive a compra ou venda de bens móveis ou imóveis;

II - qualquer operação que envolva o pagamento ou recebimento de valor igual ou superior a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), por meio de título de crédito emitido ao portador, inclusive a compra ou venda de bens móveis ou imóveis;

III - qualquer das hipóteses previstas em resolução da Unidade de Inteligência Financeira – UIF que disponha sobre procedimentos a serem observados pelas pessoas físicas e jurídicas por ela reguladas relativamente a operações ou propostas de operações ligadas ao terrorismo ou seu financiamento;

IV - qualquer operação ou conjunto de operações relativas a bens móveis de luxo ou alto valor, assim considerados os de valor igual ou superior a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), ou equivalente em outra moeda;

V - todas as situações listadas no art. 25 do presente Provimento, quando realizadas por escritura pública;

VI - outras situações designadas em instruções complementares a este Provimento.

CAPÍTULO xii

Da Guarda e Conservação de Registros e Documentos

Art. 37 O notário e o registrador conservarão os cadastros e registros de que trata este Provimento, pelo prazo mínimo de cinco anos, contado da prática do ato, sem prejuízo do dever de conservação dos documentos, definido em legislação específica.

Parágrafo único. Os documentos poderão ser arquivados em meio eletrônico, respeitadas as regras de conservação.

CAPÍTULO XIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 38 A utilização de informações existentes em bancos de dados de entidades públicas ou privadas não substitui nem supre as exigências previstas nos arts. 9º, 11, 30 e 31 deste Provimento, admitindo seu uso para, em caráter complementar, confirmar dados e informações previamente coletados.

Art. 39 As comunicações de boa-fé, feitas na forma prevista no art. 11 da Lei n. 9.613, de 3 de março de 1998, não acarretarão responsabilidade civil, administrativa ou penal.

Art. 40 O notário ou registrador, interventor e interino, que deixar de cumprir as obrigações deste Provimento, sujeitam-se às sanções previstas no art. 12 da Lei n. 9.613, de 3 de março de 1998.

§ 1º As sanções serão aplicadas pela Corregedoria Nacional de Justiça ou pelas Corregedorias-Gerais da Justiça dos Estados e do Distrito Federal e Territórios, cabendo recurso para o Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional-CRSFN, na forma do Decreto 9.889, de 27 de junho de 2019.

§ 2º Enquanto não houver regulamentação específica da Corregedoria Nacional de Justiça, será aplicável o procedimento previsto no Regulamento da Unidade de Inteligência Financeira – UIF.

Art. 41 Os notários ou registradores e/ou Oficiais de Cumprimento deverão atender às requisições formuladas pela Unidade de Inteligência Financeira – UIF e pelo Conselho Nacional de Justiça na periodicidade, forma e condições por eles estabelecidas, cabendo-lhe preservar, nos termos da lei, o sigilo das informações prestadas.

Art. 42 Não se negará a realização de um ato registral ou protesto por falta de elementos novos ou dados novos, estipulados no presente Provimento, caso o título tenha sido perfectibilizado em data anterior a sua vigência.

Art. 43 Para fins de cumprimento das obrigações previstas neste Provimento, as entidades representativas dos notários e registradores poderão, por intermédio de convênios e/ou termos de cooperação, ter acesso

aos bancos de dados estatais de identificação da Receita Federal e do Tribunal Superior Eleitoral e de outras bases confiáveis, limitando-se a consulta aos dados necessários à confirmação da autenticidade dos documentos de identificação apresentados.

Art. 44 Os valores das operações definidos neste Provimento, como parâmetros para a comunicação automática à Unidade de Inteligência Financeira – UIF, poderão ser atualizados periodicamente pela Corregedoria Nacional de Justiça.

Art. 45 Este provimento entrará em vigor em 3 de fevereiro de 2020.

Brasília, data registrada no sistema.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS


Corregedor Nacional de Justiça

Z04S13Z.11

REMESSA

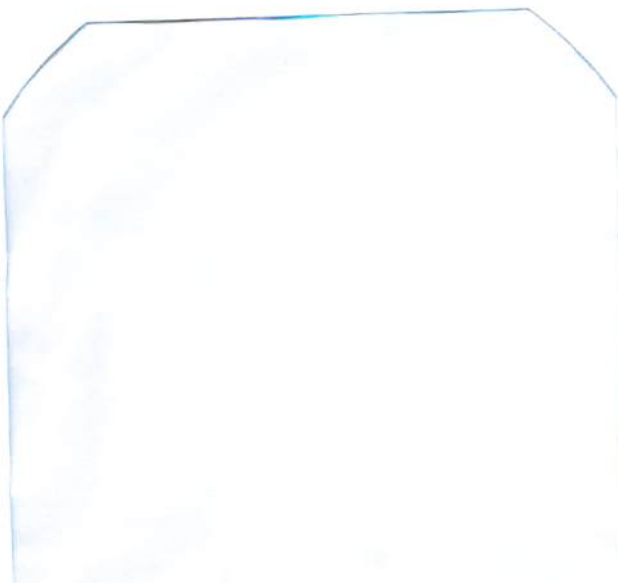
Nesta data faço remessa destes autos
à Assessoria Jurídica desta Corregedoria.

Belém, 02 de 10 de 2019



Diretor(a) de Secretaria da Corregedoria
da Região Metropolitana de Belém





SAP: 2019.6.002568-9 ✓
CNS-PP 0006712-74.2016.2.00.0000



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

PROCESSO Nº 2019.6.002568-9

REQUERENTE: JUIZ AUXILIAR DA CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA

REQUERENTE: CONSELHO DE CONTROLE DE ATIVIDADES FINANCEIRAS -
COAF

DESPACHO / OFÍCIO Nº 1424 /2019- JCV /CJRM

Trata-se de expediente oriundo do Conselho Nacional de Justiça em que o Juiz Auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça, oportuniza a esta Corregedoria manifestar-se a respeito de minuta de Instrução Normativa encaminhada pelo **CONSELHO DE CONTROLE DE ATIVIDADES FINANCEIRAS-COAF**, que dispõe sobre a atribuição dos registros públicos de identificação de clientes, manutenção de registros e comunicação de operações financeiras.

Considerando a temática, oficie-se, com cópia, à ANOREG, para que se manifeste até o dia 28.10.2019.

Utilize-se cópia do presente como ofício.

À Secretaria para os devidos fins.

Belém, 21 de outubro de 2019.

Desembargadora **MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES**
Corregedora de Justiça da Região Metropolitana de Belém

Entregue: Segue,anexo, Of. 1.424/2019/Sec/CJRMB,para manifestação até o dia 28/10/2019.

21/8

postmaster@outlook.com

seg 21/10/2019 15:24

Para: anoregpara@hotmail.com <anoregpara@hotmail.com>;

A sua mensagem foi entregue aos seguintes destinatários:

anoregpara@hotmail.com

Assunto: Segue,anexo, Of. 1.424/2019/Sec/CJRMB,para manifestação até o dia 28/10/2019.

22
/ 8

URGENTE



CÓPIA

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

PROCESSO Nº 2019.6.002568-9

REQUERENTE: JUIZ AUXILIAR DA CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA
REQUERENTE: CONSELHO DE CONTROLE DE ATIVIDADES FINANCEIRAS -
COAF

DESPACHO / OFÍCIO Nº 2.424 / 2019-^{Sec} / CJRMB

Trata-se de expediente oriundo do Conselho Nacional de Justiça em que o Juiz Auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça, oportuniza a esta Corregedoria manifestar-se a respeito de minuta de Instrução Normativa encaminhada pelo **CONSELHO DE CONTROLE DE ATIVIDADES FINANCEIRAS-COAF**, que dispõe sobre a atribuição dos registros públicos de identificação de clientes, manutenção de registros e comunicação de operações financeiras.

Considerando a temática, oficie-se, com cópia, à **ANOREG**, para que se manifeste até o dia 28.10.2019.

Utilize-se cópia do presente como ofício.

À Secretaria para os devidos fins.

Belém, 21 de outubro de 2019.

Desembargadora **MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES**

Corregedora de Justiça da Região Metropolitana de Belém


Juliete Carvalho
Secretaria-ANOREG-PA
22/10/2019
JJ: 34



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DA REGIÃO
METROPOLITANA DE BELÉM

Secretaria da Corregedoria de Justiça

Avenida Almirante Barroso, 3089 – sala TA – 15 – Térreo. Bairro: Souza. CEP.: 66.613-710 – Belém –
Pará. Telefone: 3205.3537. E-mail.: sec.corregedoria.cap@tjpa.jus.br

CERTIFICO, usando das atribuições que me são conferidas por lei, que até a presente data, não foi recebido nesta Secretaria da CJRMB, resposta ao **Ofício nº 1424/2019/Sec/CJRMB (fl. 22)**, o qual foi recebido no destinatário, ANOREG, em 22/10/2019. O Referido é verdade e dou fé. Eu, *SGF*..... Diretor de Secretaria da Corregedoria de Justiça da Região Metropolitana de Belém, esta digitei, dato e subscrevo. Belém (PA), 30/10/2019, as 09:01H.

EXPEDIENTE Nº 2019.6.002568-9.

Samuel Guimarães Ferreira

Diretor de Secretaria da Corregedoria de Justiça
da Região Metropolitana de Belém

REMESSA

Nesta data faço remessa deste autos
à Assessoria Jurídica desta corregedoria.

Belém, 30 de 10 de 19.

Analista Judiciário

RECEBIMENTO

Nesta data, foram os presentes recebidos
da Secretaria da Corregedoria de Justiça
da Região Metropolitana de Belém.

Belém(PA), 06 / 11 / 19



Analista Judiciário



Conselho Nacional de Justiça
Processo Judicial Eletrônico

O documento a seguir foi juntado aos autos do processo de número 0006712-74.2016.2.00.0000 em 06/11/2019 16:00:42 por SAMUEL GUIMARAES FERREIRA

Documento assinado por:

- SAMUEL GUIMARAES FERREIRA

Consulte este documento em:

<https://www.cnj.jus.br:443/pjecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

usando o código: 1911061600418780000003434954

ID do documento: 3799493





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM**

PROCESSO Nº 2019.6.002568-9

REQUERENTE: JUIZ AUXILIAR DA CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA

REQUERENTE: CONSELHO DE CONTROLE DE ATIVIDADES FINANCEIRAS -COAF

INFORMAÇÕES/DESPACHO / OFÍCIO Nº /2019- /CJRMB

Trata-se de expediente oriundo da Corregedoria Nacional de Justiça em que se oportuniza manifestação desta CJRMB a respeito da minuta apresentada pelo COAF, para regulamentar os procedimentos a serem adotados pelos registros públicos para cumprimento da Lei n. 9.613/1988.

Ressaltando-se que com a expedição do provimento n. 88/2019/CNJ, esta CJRMB expediu ofício circular às serventias extrajudiciais, recomendando a observância dos respectivos procedimentos.

São as informações que se observam pertinentes, para o momento, e devem ser encaminhadas à Corregedoria Nacional, restando esta corregedoria a disposição para o que mais for considerado necessário.

No mais, considerando a relevância do tema, determino:

- 1) Expeça-se novo ofício circular aos serviços de notas e registros, ratificando a importância de se observar adequadamente o Provimento n.88/2019/CNJ;
- 2) Após, archive-se.

À Divisão Judiciária.

Belém, 06 de novembro de 2019.

Desembargadora MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES
Corregedora de Justiça da Região Metropolitana de Belém